

SIMULADO FINAL

TCDF

ANALISTA ADMINISTRATIVO DE CONTROLE EXTERNO

ÁREA DE GESTÃO

SERVIÇOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. *Este simulado conta com questões focadas para o concurso **TCDF**;*
2. *A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*
3. *As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;*
4. *A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;*

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/eb2huBRpJzVLTdPx7

01 - Ⓒ Ⓔ	16 - Ⓒ Ⓔ	31 - Ⓒ Ⓔ	46 - Ⓒ Ⓔ	61 - Ⓒ Ⓔ	76 - Ⓒ Ⓔ	91 - Ⓒ Ⓔ	106 - Ⓒ Ⓔ	121 - Ⓒ Ⓔ	136 - Ⓒ Ⓔ
02 - Ⓒ Ⓔ	17 - Ⓒ Ⓔ	32 - Ⓒ Ⓔ	47 - Ⓒ Ⓔ	62 - Ⓒ Ⓔ	77 - Ⓒ Ⓔ	92 - Ⓒ Ⓔ	107 - Ⓒ Ⓔ	122 - Ⓒ Ⓔ	137 - Ⓒ Ⓔ
03 - Ⓒ Ⓔ	18 - Ⓒ Ⓔ	33 - Ⓒ Ⓔ	48 - Ⓒ Ⓔ	63 - Ⓒ Ⓔ	78 - Ⓒ Ⓔ	93 - Ⓒ Ⓔ	108 - Ⓒ Ⓔ	123 - Ⓒ Ⓔ	138 - Ⓒ Ⓔ
04 - Ⓒ Ⓔ	19 - Ⓒ Ⓔ	34 - Ⓒ Ⓔ	49 - Ⓒ Ⓔ	64 - Ⓒ Ⓔ	79 - Ⓒ Ⓔ	94 - Ⓒ Ⓔ	109 - Ⓒ Ⓔ	124 - Ⓒ Ⓔ	139 - Ⓒ Ⓔ
05 - Ⓒ Ⓔ	20 - Ⓒ Ⓔ	35 - Ⓒ Ⓔ	50 - Ⓒ Ⓔ	65 - Ⓒ Ⓔ	80 - Ⓒ Ⓔ	95 - Ⓒ Ⓔ	110 - Ⓒ Ⓔ	125 - Ⓒ Ⓔ	140 - Ⓒ Ⓔ
06 - Ⓒ Ⓔ	21 - Ⓒ Ⓔ	36 - Ⓒ Ⓔ	51 - Ⓒ Ⓔ	66 - Ⓒ Ⓔ	81 - Ⓒ Ⓔ	96 - Ⓒ Ⓔ	111 - Ⓒ Ⓔ	126 - Ⓒ Ⓔ	141 - Ⓒ Ⓔ
07 - Ⓒ Ⓔ	22 - Ⓒ Ⓔ	37 - Ⓒ Ⓔ	52 - Ⓒ Ⓔ	67 - Ⓒ Ⓔ	82 - Ⓒ Ⓔ	97 - Ⓒ Ⓔ	112 - Ⓒ Ⓔ	127 - Ⓒ Ⓔ	142 - Ⓒ Ⓔ
08 - Ⓒ Ⓔ	23 - Ⓒ Ⓔ	38 - Ⓒ Ⓔ	53 - Ⓒ Ⓔ	68 - Ⓒ Ⓔ	83 - Ⓒ Ⓔ	98 - Ⓒ Ⓔ	113 - Ⓒ Ⓔ	128 - Ⓒ Ⓔ	143 - Ⓒ Ⓔ
09 - Ⓒ Ⓔ	24 - Ⓒ Ⓔ	39 - Ⓒ Ⓔ	54 - Ⓒ Ⓔ	69 - Ⓒ Ⓔ	84 - Ⓒ Ⓔ	99 - Ⓒ Ⓔ	114 - Ⓒ Ⓔ	129 - Ⓒ Ⓔ	144 - Ⓒ Ⓔ
10 - Ⓒ Ⓔ	25 - Ⓒ Ⓔ	40 - Ⓒ Ⓔ	55 - Ⓒ Ⓔ	70 - Ⓒ Ⓔ	85 - Ⓒ Ⓔ	100 - Ⓒ Ⓔ	115 - Ⓒ Ⓔ	130 - Ⓒ Ⓔ	145 - Ⓒ Ⓔ
11 - Ⓒ Ⓔ	26 - Ⓒ Ⓔ	41 - Ⓒ Ⓔ	56 - Ⓒ Ⓔ	71 - Ⓒ Ⓔ	86 - Ⓒ Ⓔ	101 - Ⓒ Ⓔ	116 - Ⓒ Ⓔ	131 - Ⓒ Ⓔ	146 - Ⓒ Ⓔ
12 - Ⓒ Ⓔ	27 - Ⓒ Ⓔ	42 - Ⓒ Ⓔ	57 - Ⓒ Ⓔ	72 - Ⓒ Ⓔ	87 - Ⓒ Ⓔ	102 - Ⓒ Ⓔ	117 - Ⓒ Ⓔ	132 - Ⓒ Ⓔ	147 - Ⓒ Ⓔ
13 - Ⓒ Ⓔ	28 - Ⓒ Ⓔ	43 - Ⓒ Ⓔ	58 - Ⓒ Ⓔ	73 - Ⓒ Ⓔ	88 - Ⓒ Ⓔ	103 - Ⓒ Ⓔ	118 - Ⓒ Ⓔ	133 - Ⓒ Ⓔ	148 - Ⓒ Ⓔ
14 - Ⓒ Ⓔ	29 - Ⓒ Ⓔ	44 - Ⓒ Ⓔ	59 - Ⓒ Ⓔ	74 - Ⓒ Ⓔ	89 - Ⓒ Ⓔ	104 - Ⓒ Ⓔ	119 - Ⓒ Ⓔ	134 - Ⓒ Ⓔ	149 - Ⓒ Ⓔ
15 - Ⓒ Ⓔ	30 - Ⓒ Ⓔ	45 - Ⓒ Ⓔ	60 - Ⓒ Ⓔ	75 - Ⓒ Ⓔ	90 - Ⓒ Ⓔ	105 - Ⓒ Ⓔ	120 - Ⓒ Ⓔ	135 - Ⓒ Ⓔ	150 - Ⓒ Ⓔ

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

http://estrategi.ac/bimfpb

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

https://bit.ly/4ivAiAK

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Felipe Luccas

Texto CB3A1-I

Há milênios, muito antes de esse corpo de conhecimento que hoje chamamos de ciência existir, a relação dos seres humanos com o mundo era bem diferente. A Natureza era respeitada e idolatrada, sendo a única responsável pela sobrevivência de nossa espécie, a qual vivia basicamente da caça e de uma agricultura bastante rudimentar. Na esperança de que catástrofes naturais tais como vulcões, tempestades ou furacões não destruíssem as suas casas e plantações, ou matassem os animais e peixes, várias culturas atribuíram aspectos divinos à Natureza. Os pormenores desse processo de deificação da Natureza variam de acordo com a localização, clima ou com o grau de isolamento de um determinado grupo. Em certas culturas, vários deuses controlavam (ou até personificavam) as diferentes manifestações naturais, enquanto em outras a própria Natureza era divina, a "Deusa-Mãe". Rituais e oferendas procuravam conquistar a simpatia divina, garantindo assim a sobrevivência do grupo. Através dessa relação com os deuses, os indivíduos buscavam ordenar sua existência, dando sentido a fenômenos misteriosos e ameaçadores.

Por outro lado, a relação com os deuses tinha também uma função social, impondo valores morais e éticos que eram fundamentais para a coesão do grupo. Essa relação religiosa com a Natureza se estendia para além das funções mais imediatas de bem-estar e segurança do grupo, abrangendo também necessidades de ordem mais metafísica. Um exemplo típico é a interpretação da morte em diferentes religiões. Em certos casos, a morte é apenas uma passagem para uma nova vida, uma ponte ligando uma existência a outra, em um ciclo que se repete eternamente. Em outros, a morte representa uma ascensão a uma realidade absoluta, a promessa de uma merecida existência eterna no Paraíso, após as várias atribulações e dificuldades da vida. Qualquer que seja a cultura, a busca pela compreensão da morte através da religião satisfaz a necessidade que temos de lidar com o que é tantas vezes imprevisível e inexplicável. Para o crente, a fé conforta e dá a certeza de que sua própria morte não é o fim de tudo. Já para o cético, a própria ciência pode oferecer algum conforto. Como escreveu o físico americano Sheldon Glashow: "talvez possamos, ao entendermos a ciência, encarar mais facilmente nossa própria mortalidade e a da nossa espécie e planeta".

Outra situação em que a religião tem um papel muito importante é na questão da origem do Universo. Essa é talvez a pergunta mais fundamental que podemos fazer com relação à nossa existência. Tanto assim que neste livro vamos chamá-la de "A Pergunta". Afinal, estamos aqui porque o Universo oferece condições para que a vida inteligente possa evoluir, ao ponto de tornar possível que (pelo menos) uma espécie, que habita um pequeno planeta orbitando em torno de uma pequena estrela situada em uma dentre bilhões de galáxias no Universo, possa se perguntar sobre sua origem. Ao nos perguntarmos sobre a nossa origem, ou sobre a origem da vida, estamos implicitamente nos perguntando sobre a origem do Universo, a "origem das origens". Portanto, não é nenhuma surpresa que a cosmologia exerça tanto fascínio atualmente. Devido à sua natureza, a ciência tem de oferecer respostas universais, independentes de pontos de vista religiosos ou morais. Ao se questionar sobre a origem do Universo, os cosmólogos atuam, ao menos na percepção popular, como criadores de mitos universais, capazes de transpor barreiras de credo e raça. Quando refletimos sobre a origem do Universo, imediatamente percebemos que devemos nos defrontar com problemas bem fundamentais. Como podemos compreender qual é a origem de "tudo"?

Marcelo Gleiser. A dança do Universo: dos mitos de criação ao Big Bang (com adaptações).

Acerca dos aspectos linguísticos e das ideias do texto CB3A1-I, julgue os itens a seguir.

1. Infere-se do texto que a ciência substituiu a religião na tarefa de dar sentido à morte, tornando a fé desnecessária ao homem contemporâneo.

2. Segundo o texto, as diferenças entre as formas de deificação da Natureza decorrem de fatores como a localização, o clima e o grau de isolamento do grupo.

3. No texto, predomina a tipologia dissertativo-expositiva, uma vez que o autor apresenta e desenvolve ideias a respeito da relação entre religião, Natureza e ciência.

4. No primeiro parágrafo, o vocábulo “pormenores” está empregado com o mesmo sentido de ***minúcias***.

5. No primeiro período do texto, a expressão “Há milênios” poderia ser substituída por **Fazem milênios**, sem prejuízo da correção gramatical do texto.

6. No primeiro período do texto, o segmento “esse corpo de conhecimento que hoje chamamos de ciência” exerce a função de sujeito da forma verbal “existir”.

7. No primeiro parágrafo, a correção gramatical e os sentidos do texto seriam preservados caso o segmento “A Natureza era respeitada e idolatrada” fosse reescrito da seguinte forma: **Respeitava-se e idolatrava-se a Natureza**.

8. No primeiro parágrafo, a forma pronominal “a qual”, em “a qual vivia basicamente da caça”, retoma o termo “a sobrevivência”.

9. No primeiro parágrafo, o emprego do sinal indicativo de crase em “à Natureza” justifica-se pela regência de “atribuíram” e pela presença de artigo definido feminino diante do substantivo.

10. No primeiro parágrafo, o vocábulo “enquanto”, em “enquanto em outras a própria Natureza era divina”, exprime circunstância de tempo.

11. No primeiro parágrafo, os parênteses empregados em “(ou até personificavam)” isolam informação acessória, de modo que sua substituição por vírgulas manteria a correção gramatical do texto.

12. No terceiro parágrafo, a correção gramatical do texto seria mantida caso a forma verbal “tornar”, em “*ao ponto de tornar possível*”, fosse flexionada no plural — **tornarem**.

LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

Emerson Bruno

13. A preservação da autonomia do Distrito Federal como unidade federativa, a plena cidadania e a dignidade da pessoa humana constituem valores fundamentais expressamente previstos na Lei Orgânica.

14. A Lei Orgânica proíbe a discriminação em razão de convicções políticas ou filosóficas, mas não estende essa proteção às convicções religiosas, por constituírem matéria submetida a disciplina constitucional específica.

15. A prioridade de atendimento às demandas sociais abrange educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social, não incluindo expressamente a cultura.

16. O Distrito Federal possui competência para instituir impostos previstos na Constituição Federal, taxas decorrentes do exercício do poder de polícia ou da utilização de serviços públicos de sua atribuição e contribuição de melhoria decorrente de obras públicas.

17. As taxas instituídas pelo Distrito Federal, inclusive aquelas decorrentes do exercício do poder de polícia, não poderão ser aplicadas em despesas estranhas aos serviços para os quais foram criadas.

CONHECIMENTOS DO DISTRITO FEDERAL E POLÍTICA PARA MULHERES

Leandro Signori

Sobre o II Plano Distrital de Políticas para Mulheres do Distrito Federal (II PDPM-DF) julgue as questões a seguir em Certo (C) ou Errado (E).

18. O Eixo 6 estabelece a criação de um programa de capacitação exclusivo para mulheres indígenas no contexto rural, visando ao fortalecimento da agricultura familiar.

19. A ampliação do número de Casas da Mulher Brasileira constitui-se em uma das metas do Eixo 4 - Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres.

A respeito dos aspectos geográficos, sociais, ambientais e econômicos do Distrito Federal, julgue os itens subsecutivos.

20. A agropecuária no Distrito Federal responde por parte das necessidades de abastecimento da sua população, exporta seus excedentes para outros estados e caracteriza-se como setor de participação intermediária na economia brasiliense.

21. O Distrito Federal é a unidade da Federação que apresenta o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o que se reflete na equivalente distribuição de renda entre as regiões administrativas e os municípios do Entorno.

22. Na Unidade de Conservação de Proteção Integral Estação Ecológica de Águas Emendadas, ocorre o fenômeno da união das grandes bacias hidrográficas do Tocantins-Araguaia e Platina, onde se encontra a bacia do Paraná.

NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS

Jonathan Roitman

23. Uma pessoa sofre um corte profundo no antebraço, apresentando sangramento intenso e contínuo. Durante os primeiros socorros, a conduta prioritária consiste em realizar compressão direta e firme sobre o ferimento com material limpo ou gaze, mantendo a pressão até a chegada do atendimento especializado. Caso o material utilizado fique encharcado de sangue, deve-se retirá-lo para substituí-lo por outro, permitindo a limpeza da lesão e a identificação precisa do ponto de sangramento.

24. Um indivíduo apresenta náuseas, tontura e alteração do nível de consciência após ingerir acidentalmente uma substância utilizada na limpeza doméstica. Durante os primeiros socorros, deve-se provocar o vômito para eliminar parte do produto ingerido, oferecer água em quantidade suficiente para diluir a substância e, em seguida, encaminhar a vítima para atendimento médico, levando, sempre que possível, a embalagem do produto para identificação.

25. Entre os principais sinais indicativos de fratura estão dor intensa, inchaço, deformidade, dificuldade ou incapacidade de movimentar o membro afetado e crepitação. Diante dessa situação, o socorrista deve evitar movimentar a região lesionada, providenciar sua imobilização e aguardar o atendimento especializado. Não se deve tentar colocar o osso no lugar ou realizar movimentos para testar a gravidade da lesão ou, ainda, permitir que a vítima apoie o peso corporal sobre o membro suspeito de fratura.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA FINANCEIRA

Carlos Henrique

26. Julgue o item a seguir, considerando as proposições (P),(Q) e (R), que representam, respectivamente, as afirmações: "o relatório foi concluído", "o relatório foi revisado" e "o relatório foi encaminhado".

Sabendo-se que o relatório foi concluído ou encaminhado, admitindo-se o sentido inclusivo do conectivo "ou", que não foi encaminhado e que, se foi concluído, então foi revisado, é correto concluir que o relatório foi revisado.

27. Julgue o item a seguir, considerando a lógica proposicional.

A negação da proposição lógica "Se o contrato foi fiscalizado, então o serviço foi atestado" é logicamente equivalente à proposição "O contrato não foi fiscalizado ou o serviço não foi atestado".

28. Julgue o item a seguir, considerando as leis de equivalência da lógica proposicional.

Considere três proposições simples (P), (Q) e (R). A negação da proposição composta $\big(P \wedge (Q \vee R)\big)$ é logicamente equivalente a $\big(\neg P \vee (\neg Q \wedge \neg R)\big)$.

29. Julgue o item a seguir, considerando as relações entre conjuntos e as proposições categóricas.

Considere que todos os analistas administrativos de determinado órgão sejam servidores públicos e que alguns servidores públicos sejam auditores. Com base exclusivamente nessas informações, é correto concluir que pelo menos um analista administrativo desse órgão é auditor.

30. Julgue o item a seguir, considerando as operações com conjuntos.

Em uma pesquisa realizada com 80 servidores de determinado órgão, verificou-se que 45 utilizam o sistema A, 38 utilizam o sistema B e 20 utilizam ambos os sistemas. Considerando que todos os servidores responderam à pesquisa, conclui-se que 17 servidores não utilizam nenhum dos dois sistemas.

31. Julgue o item a seguir, considerando os princípios de contagem.

Uma comissão será formada por dois servidores distintos, que ocuparão, respectivamente, as funções de presidente e vice-presidente. Se há cinco servidores disponíveis para a composição dessa comissão, o número de maneiras distintas de realizar a escolha é igual a 20.

32. Julgue o item a seguir, considerando os conceitos de probabilidade.

Em uma caixa há seis fichas, sendo três vermelhas, duas azuis e uma verde. Duas fichas serão retiradas sucessivamente, sem reposição. A probabilidade de que ambas tenham a mesma cor é igual a $\left(\frac{1}{3}\right)$.

33. Julgue o item a seguir, considerando os conceitos de matemática financeira.

Um órgão aplicou R$ 2.000,00 em um investimento sujeito a juros simples de 2% ao mês, durante cinco meses. Desconsiderando-se quaisquer tributos ou encargos, o montante acumulado ao final desse período será de R$ 2.200,00.

34. Julgue o item a seguir, considerando os conceitos de matemática financeira.

Uma instituição financeira oferece uma aplicação com taxa de juros compostos de 5% ao mês. Nesse regime, a taxa efetiva acumulada em dois meses é igual a 10%.

35. Julgue o item a seguir, considerando os sistemas de amortização de empréstimos.

Um órgão público contratou um empréstimo de R$ 12.000,00, a ser amortizado pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), em quatro parcelas mensais, com taxa de juros de 2% ao mês, calculada sobre o saldo devedor no início de cada período. Desconsiderando-se outros encargos, o valor da segunda prestação será de R$ 3.180,00.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEI ORGÂNICA DO TCDF E REGIMENTO INTERNO

Herbert Almeida

Em novembro de determinado ano par, a Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) aposentou-se, quando restavam cinquenta e seis dias para o término do seu mandato. Na mesma época, o Conselheiro Bruno entrou em licença para tratamento de saúde, e foi convocado um Auditor para substituí-lo. O Conselheiro Carlos, por sua vez, leciona em uma universidade privada e é cotista, sem poder de controle, direção ou administração, de uma sociedade comercial. Paralelamente, servidores da carreira de controle externo, credenciados pela Presidência, realizam auditoria em uma empresa pública distrital, cujo ex-diretor, que deu causa a dano ao erário, faleceu recentemente, deixando herança aos filhos.

Considerando essa situação hipotética e as disposições da Lei Orgânica do TCDF (Lei Complementar distrital n.º 1/1994) e do seu Regimento Interno (Resolução n.º 296/2016), julgue os itens a seguir.

36. As atividades exercidas pelo Conselheiro Carlos fora do Tribunal não violam as vedações impostas aos Conselheiros do TCDF.

37. Em razão da aposentadoria da Presidente, deverá ser realizada eleição na primeira sessão ordinária após a vacância, e o Conselheiro eleito exercerá a presidência pelo período restante do mandato.

38. O Auditor convocado para substituir o Conselheiro Bruno poderá votar na eleição para Presidente do TCDF, uma vez que, durante a substituição, possui as mesmas garantias e prerrogativas do titular.

39. Os filhos do ex-diretor sujeitam-se à jurisdição do TCDF, mas somente até o limite do valor do patrimônio transferido.

40. Os servidores credenciados para a auditoria têm livre ingresso na empresa pública e acesso a todos os documentos e informações necessários à realização do trabalho, devendo manter rigoroso sigilo quanto aos elementos e às informações que obtiverem em razão do cargo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

41. Ao identificar ilegalidade em contrato celebrado por uma autarquia federal, o Tribunal de Contas da União fixou prazo para a adoção das providências necessárias ao cumprimento da lei. Nessa situação, o descumprimento da determinação autoriza o Tribunal a sustar imediatamente, em caráter definitivo, a execução do contrato, bastando comunicar sua decisão ao Congresso Nacional.

42. A ausência de lei que estabeleça qualificações para determinada profissão não impede, por si só, seu exercício, pois a liberdade profissional é assegurada por norma constitucional de eficácia contida.

43. Um servidor de autarquia eleito vereador, diante da incompatibilidade de horários, deverá afastar-se do cargo efetivo e receber obrigatoriamente a remuneração do mandato eletivo.

44. Uma CPI do Senado Federal pode determinar, por deliberação colegiada e fundamentada, a quebra dos sigilos bancário e fiscal de investigado, sem prévia autorização judicial.

45. A sanção presidencial de projeto apresentado por parlamentar não sana o vício decorrente da usurpação da iniciativa privativa do presidente da República.

46. Em matéria de competência legislativa concorrente, a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei distrital anterior naquilo que lhe for contrário.

47. Uma associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano pode impetrar mandado de segurança coletivo em defesa de seus associados, independentemente de autorização expressa deles.

48. Mediante decreto autônomo, o presidente da República pode extinguir cargos públicos ocupados, desde que a medida não implique aumento de despesa.

49. O Conselho Nacional de Justiça pode rever decisões jurisdicionais dos tribunais quando identificar violação aos princípios da legalidade e da moralidade administrativa.

50. A Defensoria Pública pode propor ação civil pública em defesa de direitos coletivos de pessoas necessitadas, ainda que o resultado também beneficie pessoas sem insuficiência de recursos.

51. A aquisição voluntária de outra nacionalidade por brasileiro nato provoca a perda da nacionalidade brasileira, independentemente de pedido expresso perante a autoridade brasileira competente.

52. A vigência de estado de calamidade pública não impede, por si só, a aprovação de emenda à Constituição Federal, pois não configura limitação circunstancial ao poder de reforma.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Lilian Novakoski

Acerca das Disposições Constitucionais Sobre a Seguridade Social e o Regime Geral de Previdência Social, julgue as assertivas **53** a **55**:

53. Pelo princípio da equidade na forma de participação no custeio da seguridade social, todos os contribuintes devem recolher a mesma alíquota, de modo a garantir igualdade contributiva.

54. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação facultativa, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

55. José era segurado do RGPS e faleceu em agosto de 2026, deixando sua esposa e filha, com apenas 2 anos de idade. A pensão por morte exige carência de doze contribuições mensais, salvo se o óbito decorrer de acidente de qualquer natureza, hipótese em que a carência é dispensada.

Sobre o RPPS/DF e Regimes de Previdência Complementar, julgue:

56. O segurado inativo vinculado ao RPPS/DF que passe a exercer cargo em comissão vincula-se, obrigatoriamente, ao Regime Geral de Previdência Social.

57. Constatado déficit técnico atuarial, as alíquotas de contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas podem ser majoradas livremente, independentemente de acompanhar a alíquota mínima praticada pela União.

58. As entidades fechadas de previdência complementar podem ser constituídas com finalidade lucrativa, desde que a totalidade dos resultados seja distribuída aos participantes.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

59. A revogação de uma lei revogadora restabelece automaticamente a vigência da lei anteriormente revogada, salvo se houver disposição expressa impedindo sua restauração.

60. Uma pessoa de dezessete anos, não emancipada, tem domicílio necessário, correspondente ao de seu representante ou assistente.

61. Nas relações regidas pelo CC/2002, a simples existência de grupo econômico autoriza a desconsideração da personalidade jurídica, dispensada a demonstração de desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

62. Os bens públicos dominicais podem ser alienados mediante o cumprimento das exigências legais, mas não podem ser adquiridos por usucapião.

63. A simulação torna o negócio jurídico anulável, admitindo-se sua confirmação pelas partes quando não houver prejuízo a terceiros.

64. Contra os menores de dezesseis anos não correm os prazos prescricionais, mas os prazos decadenciais fluem normalmente, pois não admitem impedimento, suspensão ou interrupção.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

65. Com base na Emenda Constitucional nº 132/2023, julgue o item seguinte, acerca das regras comuns ao IBS e à CBS.

O IBS e a CBS submetem-se às mesmas regras quanto a fatos geradores, bases de cálculo e hipóteses de não incidência, sem que a Constituição exija alíquotas idênticas para os dois tributos.

66. A respeito das competências do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, julgue o item a seguir.

A competência do Comitê Gestor para arrecadar o IBS e decidir o respectivo contencioso administrativo abrange também a representação judicial exclusiva dos créditos desse imposto.

67. Em relação às limitações constitucionais ao poder de tributar, julgue o item subsequente.

A imunidade recíproca impede a cobrança de IPTU sobre imóvel de autarquia estadual vinculado à sua finalidade essencial, mas não afasta, por si só, taxa validamente instituída em razão de serviço público específico e divisível.

68. Acerca da competência tributária, julgue o item seguinte, com fundamento nos Arts. 6º e 7º do Código Tributário Nacional.

A transferência integral da receita de um imposto estadual aos municípios desloca-lhes a correspondente competência legislativa, ao passo que o mero encargo de arrecadação confiado a banco privado constitui delegação vedada de competência tributária.

69. A respeito da decadência e da prescrição tributárias, julgue o item a seguir.

A sociedade Alfa deixou de declarar e de recolher o ICMS relativo a fatos geradores ocorridos entre março e junho de 2019, e o fisco estadual não efetuou nenhum lançamento desses valores até a presente data. A sociedade Beta, por sua vez, foi autuada, e o crédito tributário foi definitivamente constituído em março de 2021, com o encerramento do processo administrativo. Desde então, não houve ajuizamento de execução fiscal nem qualquer causa de suspensão ou interrupção do prazo.

Nessa situação, a Fazenda Pública estadual perdeu, em razão da decadência, o direito de constituir o crédito tributário relativo à sociedade Alfa e, em razão da prescrição, o direito de cobrar judicialmente o crédito de Beta.

70. No que se refere à aplicação da legislação tributária, julgue o item subsequente, com base no Art. 106 do Código Tributário Nacional.

A retroatividade da lei que comine penalidade menos severa a ato ainda não definitivamente julgado fica condicionada à inexistência de falta de pagamento do tributo.

ANÁLISE DE DADOS, ESTATÍSTICA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Emannuelle Gouveia

71. Dados estruturados apresentam organização baseada em um esquema predefinido, como tabelas relacionais com colunas e tipos de dados definidos, enquanto dados não estruturados, como imagens e arquivos de áudio, não seguem um modelo tabular predefinido. Entretanto, dados não estruturados podem conter metadados organizados em campos estruturados, sem que isso altere necessariamente a classificação do conteúdo principal.

72. Em uma pesquisa de satisfação, as avaliações dos usuários classificadas como ruim, regular, bom e excelente constituem dados quantitativos discretos, pois apresentam uma sequência ordenada de valores que permite calcular diferenças numéricas entre as categorias.

73. Os dashboards são produtos da análise de dados que apresentam indicadores e visualizações para apoiar o monitoramento de resultados. Diferentemente dos relatórios e das planilhas, os dashboards precisam estar conectados a bases de dados com atualização em tempo real, pois a utilização de dados estáticos impede sua classificação como painéis de indicadores.

74. O histograma é utilizado para representar a distribuição de frequências de dados quantitativos, agrupados em intervalos de classe. Assim como o gráfico de barras, o histograma apresenta barras separadas por espaços, pois cada barra representa uma categoria independente das demais.

75. Na construção de gráficos destinados à apresentação de resultados, a escolha da representação visual deve considerar a natureza dos dados e a mensagem que se pretende comunicar. A utilização de títulos informativos, escalas adequadas e destaques visuais seletivos contribui para a narrativa com dados, permitindo orientar a atenção do público sem comprometer a interpretação das informações.

76. Na engenharia de prompt, o fornecimento de contexto, a definição de uma persona, a inclusão de exemplos e a especificação da estrutura de saída contribuem para orientar as respostas de modelos de linguagem. O encadeamento de prompts, por sua vez, permite organizar tarefas complexas em etapas sucessivas, nas quais a saída de uma etapa pode ser utilizada como entrada para a seguinte.

77. O viés de confirmação pode comprometer a análise de dados quando o analista privilegia informações que sustentam suas hipóteses iniciais e desconsidera evidências contrárias. A utilização de critérios previamente definidos para avaliar os resultados e a busca deliberada por evidências que possam refutar as hipóteses contribuem para reduzir a influência desse viés.

78. A anonimização de dados pessoais, quando realizada adequadamente, impede a identificação dos titulares e, por esse motivo, elimina os riscos de discriminação associados ao uso desses dados em sistemas de inteligência artificial, dispensando a avaliação de possíveis vieses nos algoritmos.

79. No Microsoft Excel, o Power Query permite importar dados de diferentes fontes e aplicar transformações, como remoção de duplicatas, alteração de tipos de dados e combinação de tabelas. Essas operações podem ser registradas como etapas de uma consulta e executadas novamente durante sua atualização, permitindo reproduzir o tratamento dos dados sem a necessidade de refazer manualmente cada transformação.

80. No Microsoft Excel, as Tabelas Dinâmicas permitem resumir e analisar grandes conjuntos de dados, inclusive aqueles provenientes de tabelas relacionadas por meio do Modelo de Dados. Entretanto, para utilizar campos de diferentes tabelas em uma mesma Tabela Dinâmica, é obrigatório consolidar previamente todos os registros em uma única tabela física, pois os relacionamentos definidos no Modelo de Dados não são considerados durante a análise.

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

81. No que se refere aos elementos (ou requisitos) dos atos administrativos, julgue o item a seguir.

Ao editar um ato administrativo, o agente público dispõe de ampla liberdade quanto a todos os seus elementos — competência, finalidade, forma, motivo e objeto —, uma vez que tais requisitos possuem natureza essencialmente discricionária.

Assim, cabe à Administração defini-los livremente segundo critérios de conveniência e oportunidade, o que, inclusive, impede o Poder Judiciário de examinar a validade de qualquer um deles, sob pena de violação ao princípio da separação dos Poderes

82. Analise a seguinte situação hipotética.

O Prefeito do Município fictício de Vale Verde, Roberto Almeida, editou decreto proibindo o estacionamento de veículos na Avenida Central aos sábados, das 6h às 14h, em razão da feira livre realizada no local.

No primeiro sábado de vigência, a motorista Carla Souza foi autuada por estacionar na avenida durante o horário vedado. Nas semanas seguintes, outros condutores, como Pedro Lima e Mariana Costa, também foram autuados pela mesma conduta.

Inconformada, Carla alegou que o decreto não poderia ser aplicado a ela, pois não havia sido nominalmente indicada no ato, e que a norma já teria esgotado seus efeitos após a primeira aplicação.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

O decreto editado pelo Prefeito é ato administrativo geral, pois possui destinatários indeterminados, caráter abstrato e impessoal, sendo passível de aplicação reiterada sempre que se verificar a hipótese nele prevista, razão pela qual não procedem as alegações de Carla

83. No que se refere aos poderes da Administração Pública e às prerrogativas que deles decorrem no exercício da função administrativa, julgue o item a seguir.

O poder hierárquico autoriza a Administração Pública a impor sanções administrativas a particulares que mantenham vínculo jurídico com o Estado, sempre que houver descumprimento de cláusulas contratuais, ainda que inexistente previsão normativa específica

84. Analise a seguinte situação hipotética.

O Presidente da República, Henrique Albuquerque, editou decreto para regulamentar lei federal que trata da fiscalização de produtos agrícolas. No texto, além de detalhar os procedimentos de fiscalização previstos na lei, o decreto criou nova obrigação para os produtores rurais, não prevista em lei, e estabeleceu multa para quem a descumprisse.

O produtor rural Antônio Ferreira, autuado com base no decreto, questionou a validade da cobrança. Em resposta, a assessoria jurídica da Presidência, chefiada por Luísa Medeiros, sustentou que o ato era válido, nos seguintes termos:

"O poder regulamentar consiste na prerrogativa conferida ao Chefe do Poder Executivo para editar normas jurídicas primárias, com força equivalente à lei formal, desde que haja autorização genérica prevista na Constituição."

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

O argumento apresentado pela assessoria jurídica está correto, de modo que o decreto pode criar obrigações e penalidades não previstas em lei

85. No que se refere ao princípio implícito da intranscendência subjetiva das sanções no âmbito do Direito Administrativo, julgue o item a seguir.

Segundo o princípio da intranscendência subjetiva das sanções, as penalidades e restrições decorrentes de infrações administrativas devem recair exclusivamente sobre o responsável pela conduta ilícita, não podendo ultrapassar sua esfera jurídica para atingir terceiros que não concorreram para a infração.

Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, esse princípio impede, por exemplo, que um ente federativo sofra restrições em razão de irregularidades cometidas por gestores anteriores, quando a administração atual adota as providências necessárias para sanar as falhas e responsabilizar os culpados

86. Analise a seguinte situação hipotética.

Gustavo Pereira, motorista de uma ambulância do Município fictício de Rio Claro do Sul, avançou o sinal vermelho em um cruzamento sem estar em atendimento de emergência e sem acionar a sirene. No mesmo momento, o motociclista Felipe Andrade, que trafegava em velocidade muito acima do limite permitido na via, colidiu com a ambulância e sofreu diversas lesões.

A perícia concluiu que ambas as condutas contribuíram para o acidente. Felipe ajuizou ação de indenização contra o Município. Em sua defesa, o Procurador municipal, Ricardo Nunes, sustentou que, como a vítima também agiu com culpa, o Município estaria totalmente isento do dever de indenizar.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

A tese do Procurador está correta, pois a culpa concorrente da vítima produz os mesmos efeitos da culpa exclusiva: em ambas as hipóteses, desaparece integralmente a responsabilidade do Estado, uma vez que qualquer participação do particular no evento danoso impede a incidência do regime de responsabilidade objetiva

87. A respeito da Responsabilidade Civil do Estado, julgue o item a seguir.

O direito de regresso, por decorrer do mesmo fundamento constitucional da responsabilidade objetiva, independe da demonstração de dolo ou culpa do agente público, bastando que o Estado tenha sido condenado ou tenha efetuado o pagamento da indenização ao particular lesado

88. Em relação à organização da Administração Pública, julgue o item a seguir.

Empresas públicas e sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de direito público, submetendo-se integralmente ao regime jurídico das autarquias, inclusive quanto à forma de criação e aquisição de personalidade

89. Analise a seguinte situação hipotética.

A Companhia Estadual de Energia de Monte Alto (CEMA), sociedade de economia mista criada após lei autorizativa do Estado fictício de Monte Alto, pretende expandir suas atividades para o setor de energia solar. Para isso, o diretor-presidente da companhia, Eduardo Salgado, propôs a criação de uma subsidiária específica para atuar nesse segmento.

A lei que autorizou a criação da CEMA não contém qualquer previsão sobre a constituição de subsidiárias, e nenhuma outra lei estadual tratou do tema. Ainda assim, o Conselho de Administração da companhia, presidido por Helena Duarte, aprovou a criação da nova empresa, sob o argumento de que a decisão estaria inserida na autonomia gerencial da entidade.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

A criação da subsidiária pela CEMA é válida, pois a criação de subsidiárias de empresas públicas e sociedades de economia mista independe de autorização legislativa, sendo suficiente a deliberação interna da entidade matriz

90. Analise a seguinte situação hipotética.

O Secretário Municipal de Serviços Urbanos do Município fictício de Lagoa Bonita, Marcelo Tavares, concedeu ao empresário Rafael Moreira autorização de uso de uma área da Praça Central para a instalação de um *food truck*.

Meses depois, a Prefeitura decidiu realizar uma reforma completa na praça, transformando o espaço em área de lazer infantil. Diante disso, o Secretário revogou a autorização, por entender que a permanência do *food truck* no local deixou de ser conveniente ao interesse público.

Inconformado, Rafael apresentou recurso administrativo, alegando que a autorização havia sido concedida de forma regular e que a Administração só poderia rever seus atos em caso de ilegalidade.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

O argumento de Rafael está correto, pois o controle administrativo limita-se à verificação da legalidade dos atos praticados, sendo vedado à Administração Pública reavaliar atos sob o aspecto do mérito administrativo

91. No que se refere à classificação do controle da Administração Pública, julgue o item seguinte.

O controle interno caracteriza-se por ser exercido por um Poder sobre os atos administrativos praticados por outro Poder, razão pela qual a sustação, pelo Congresso Nacional, de atos normativos do Poder Executivo que ultrapassem os limites do poder regulamentar constitui exemplo clássico dessa modalidade de controle.

92. A respeito dos serviços públicos, julgue o item a seguir.

O princípio da modicidade impede que os serviços públicos sejam prestados de forma gratuita

93. Analise a seguinte situação hipotética.

A empresa Construtora Horizonte Ltda., cujo sócio-administrador, Rogério, praticou ato de improbidade administrativa que causou dano ao erário municipal, foi posteriormente incorporada pela empresa Edifica S.A., sem que houvesse simulação nem evidente intuito de fraude.

Acerca do que dispõe a Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue o próximo item.

Nessa situação hipotética, a Edifica S.A. responderá pela reparação integral do dano até o limite do patrimônio transferido e estará sujeita também às demais sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa decorrentes dos atos praticados antes da incorporação

94. Com base na Lei n.º 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), julgue o próximo item.

Caracterizam superfaturamento as alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados ou reajuste irregular de preços

95. Analise a seguinte situação hipotética.

O Instituto Vida Plena, entidade privada sem fins lucrativos, mantém convênio com a Secretaria Estadual de Saúde e detém informações em razão desse vínculo. A entidade deixou de observar as disposições da Lei de Acesso à Informação.

Após o devido processo, a autoridade competente decidiu aplicar ao instituto a sanção de suspensão temporária de participar em licitação e de impedimento de contratar com a administração pública pelo prazo de três anos.

Acerca do que dispõe a Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), julgue o próximo item.

Nessa situação hipotética, a sanção foi aplicada em conformidade com a referida lei

96. Analise a seguinte situação hipotética.

Sofia, de nove anos de idade, passou mal durante uma aula na Escola Municipal Primavera. Renata, coordenadora pedagógica, perguntou à aluna o nome e o telefone do pai, sem o consentimento prévio de qualquer dos pais, e ligou para ele.

Depois do contato, Renata guardou os dados em uma planilha da escola e os repassou a uma empresa parceira de planos de saúde, que pretendia oferecer seus serviços à família.

Com base na Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), julgue o próximo item.

Nessa situação hipotética, toda a conduta de Renata está amparada pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, pois a coleta foi necessária para contatar o responsável legal da criança

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

97. Ao preparar a abertura de créditos adicionais no exercício de 2026, a Secretaria de Fazenda de determinado Estado identificou, no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2025, ativo financeiro de R$ 148 milhões e passivo financeiro de R$ 91 milhões. Constatou, ainda, a existência de R$ 12 milhões correspondentes a saldos de créditos especiais transferidos para 2026 e de R$ 8 milhões relativos a operações de crédito vinculadas a esses créditos, cuja receita seria realizada no exercício corrente.

A unidade técnica verificou que não havia outros ajustes pertinentes à apuração do superávit financeiro, nem restrições de vinculação que impedissem a utilização dos recursos considerados.

Nessa situação, considerando a sistemática estabelecida pela Lei nº 4.320/1964, o superávit financeiro disponível para abertura de novos créditos adicionais em 2026 corresponde a R$ 53 milhões, uma vez que o saldo positivo entre ativo e passivo financeiros deve ser ajustado pelos saldos dos créditos adicionais transferidos e pelas operações de crédito a eles vinculadas.

98. Em 2026, o governador de determinado Estado encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de lei destinado a conceder, a partir de 2027, redução seletiva de alíquota de ICMS a empresas de determinado setor econômico, com a finalidade de estimular investimentos regionais. A estimativa oficial apontou redução de arrecadação de R$ 90 milhões em 2027, R$ 110 milhões em 2028 e R$ 120 milhões em 2029. O projeto foi acompanhado de estimativa de impacto orçamentário-financeiro para esses três exercícios e de demonstração de que a renúncia havia sido considerada na estimativa de receita da LOA de 2027 e não afetaria as metas de resultados fiscais previstas na LDO.

A equipe responsável concluiu que, estando atendida essa condição, não seria necessária a adoção de medidas compensatórias mediante aumento de receita. Acrescentou que a concessão deveria observar, ainda, os requisitos de transparência, avaliação e demais condições eventualmente aplicáveis aos benefícios tributários.

Nessa situação, à luz do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a conclusão da equipe é juridicamente correta, pois as medidas compensatórias previstas no inciso II do referido artigo constituem alternativa ao atendimento da condição estabelecida no inciso I, e não exigência cumulativa.

99. Ao revisar sua metodologia de elaboração orçamentária, determinado órgão público decidiu substituir uma sistemática concentrada na identificação dos insumos adquiridos por outra que relacionasse as dotações aos objetivos governamentais, aos produtos entregues e aos indicadores de desempenho.

Nesse contexto, a adoção do orçamento-programa pressupõe a organização das despesas em programas e ações orientados à consecução de objetivos, não sendo suficiente, para sua caracterização, a simples classificação dos gastos por natureza de despesa ou unidade administrativa.

100. Durante a execução da Lei Orçamentária Anual, determinado ente federativo verificou a necessidade de abrir crédito suplementar para reforçar dotação destinada à manutenção de serviços públicos. A equipe técnica sustentou que a autorização legislativa para abertura desse crédito não poderia constar da própria LOA, pois isso violaria o princípio da exclusividade orçamentária, que proíbe a inserção de qualquer autorização para alteração do orçamento na lei anual.

101. No âmbito do processo orçamentário federal, o Poder Executivo encaminhou o projeto da Lei Orçamentária Anual ao Congresso Nacional, que o examinou antes do início do exercício financeiro correspondente. Considerando o caráter contínuo do ciclo orçamentário, é correto afirmar que a fase de controle e avaliação somente poderá começar após o encerramento integral da execução orçamentária, uma vez que a fiscalização concomitante comprometeria a separação entre as etapas do ciclo.

102. Na elaboração da proposta orçamentária federal, uma unidade setorial identificou a necessidade de instituir ação orçamentária destinada à implantação de uma nova infraestrutura pública, cuja execução demandaria recursos em diferentes exercícios. Nessa situação, a classificação da ação como projeto é compatível com sua natureza de operação limitada no tempo, da qual resulta produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental, sendo inadequado classificá-la como atividade apenas porque haverá desembolsos financeiros em exercícios sucessivos.

103. Determinada unidade orçamentária federal recebeu dotação para aquisição de equipamentos permanentes destinados à modernização de suas instalações administrativas. A despesa foi classificada no grupo de natureza de despesa Investimentos. Nessa situação, a classificação econômica da despesa como de capital torna dispensável sua classificação funcional e programática, uma vez que o grupo de natureza da despesa já permite identificar tanto a área de atuação governamental quanto o objetivo da ação orçamentária.

104. Em determinado exercício, o Poder Executivo identificou despesa urgente e imprevisível decorrente de calamidade pública, sem dotação específica na LOA. A equipe de planejamento propôs a abertura de crédito extraordinário e afirmou que, por se tratar de despesa excepcional, o crédito poderia ser reaberto no exercício seguinte independentemente da data de autorização, desde que existisse saldo não utilizado em 31 de dezembro.

105. Uma unidade gestora federal recebeu de outra unidade pertencente a órgão distinto autorização para executar parte de dotação orçamentária destinada à implementação de política pública compartilhada. Posteriormente, recebeu recursos financeiros para realizar os pagamentos decorrentes da execução.

Nesse caso, a descentralização orçamentária realizada entre órgãos distintos caracteriza destaque, enquanto a descentralização financeira correspondente, quando realizada entre órgãos distintos, caracteriza repasse, não implicando, por si só, alteração da classificação institucional da dotação originalmente aprovada.

106. Durante auditoria em órgão federal, constatou-se que uma alteração de dotação havia sido registrada no sistema utilizado para elaboração e acompanhamento do orçamento, mas não havia sido adequadamente refletida nos registros de execução orçamentária e financeira.

A equipe concluiu que o SIOP e o SIAFI possuem finalidades distintas e complementares, sendo incorreto considerar que o registro de uma alteração orçamentária em um desses sistemas dispensa automaticamente os procedimentos de registro e controle exigíveis no outro.

107. Determinado Estado arrecadou receitas provenientes de impostos, operações de crédito e alienação de bens móveis. Parte desses recursos estava vinculada, por determinação legal, a finalidades específicas.

Nessa situação, a classificação da receita por natureza e sua identificação por fonte ou destinação de recursos possuem funções distintas: a primeira evidencia a origem econômica do ingresso, enquanto a segunda permite identificar regras de vinculação e utilização dos recursos, não sendo correto concluir que toda receita de capital constitui fonte de recursos livremente aplicável a despesas correntes.

108. Após o vencimento de créditos tributários regularmente constituídos e não pagos, determinado ente federativo promoveu sua inscrição em dívida ativa, observados os requisitos legais. Nessa situação, a inscrição dos créditos em dívida ativa transforma-os em operações de crédito integrantes da dívida fundada do ente, pois a ausência de pagamento no vencimento converte automaticamente o direito de receber em obrigação financeira de longo prazo.

109. Em dezembro de 2025, determinado órgão público empenhou despesa contratual e recebeu integralmente os serviços correspondentes, mas não concluiu formalmente a liquidação até o encerramento do exercício.

O empenho foi mantido e inscrito regularmente em restos a pagar não processados, sendo a liquidação concluída em fevereiro de 2026. Nessa situação, o pagamento realizado em 2026 deverá ser precedido de novo empenho à conta da dotação de despesas de exercícios anteriores, uma vez que a liquidação ocorreu em exercício posterior ao do empenho original.

110. Um servidor federal recebeu suprimento de fundos para atender a despesas de pequeno vulto incompatíveis com o processamento ordinário. O ordenador de despesas autorizou a concessão após o empenho da despesa e estabeleceu prazo para aplicação e prestação de contas.

Nessa situação, o suprimento de fundos constitui regime excepcional de execução da despesa, mas não afasta a necessidade de empenho nem a obrigação de comprovar a aplicação dos recursos, sendo incorreto equipará-lo a uma modalidade autônoma de licitação ou de contratação direta.

111. Um Estado pretende celebrar convênio para transferir recursos a determinado Município, destinados à execução de projeto de infraestrutura de interesse comum. Embora o Município apresente pendência relativa a obrigação fiscal exigida para o recebimento de transferências voluntárias, a equipe jurídica concluiu que a transferência poderá ser realizada independentemente dessa irregularidade, caso os recursos sejam destinados a ações de assistência social, observadas as demais exigências aplicáveis.

112. No âmbito do Distrito Federal, determinada unidade administrativa pretende realizar despesa contratual regularmente prevista no orçamento, mas ainda não dispõe de empenho emitido. O gestor sustenta que a existência de dotação suficiente e a autorização do ordenador de despesas permitiriam iniciar a execução e formalizar o empenho somente após o recebimento do serviço, desde que o pagamento ocorresse dentro do exercício financeiro.

À luz das normas gerais de Direito Financeiro, aplicáveis à execução orçamentária distrital, e da disciplina do Decreto distrital nº 32.598/2010, tal procedimento é incompatível com a exigência de prévio empenho da despesa pública.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

Rodrigo Rennó

113. A Administração Científica, desenvolvida por Frederick Taylor, concentra-se na racionalização do trabalho no nível operacional, buscando a eficiência por meio do estudo de tempos e movimentos e da divisão das tarefas.

114. Segundo a Teoria da Contingência, existe uma única e melhor maneira de administrar (the best way), aplicável a qualquer organização, independentemente das variáveis do ambiente.

115. A estrutura organizacional do Estado brasileiro assenta-se na separação dos Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário —, e a administração pública pode ser organizada de forma direta e indireta.

116. No modelo de administração pública patrimonialista há nítida separação entre o patrimônio público e o patrimônio particular do governante.

117. A administração pública gerencial orienta-se para resultados e para o cidadão, conferindo maior autonomia aos gestores e adotando mecanismos de controle voltados ao desempenho.

118. Entre os princípios da governança pública incluem-se a capacidade de resposta, a integridade, a confiabilidade, a melhoria regulatória, a transparência e a prestação de contas e responsabilidade.

119. Na governança pública, o mecanismo de estratégia abrange a gestão de riscos, os controles internos e a accountability.

120. A transparência, como princípio de governança, favorece o controle social e a prestação de contas, ao ampliar o acesso da sociedade às informações públicas.

121. No processo administrativo, a função de organização é responsável por conduzir e motivar as pessoas para o alcance dos objetivos institucionais.

122. A análise SWOT examina forças e fraquezas (ambiente interno) e oportunidades e ameaças (ambiente externo), ao passo que a ferramenta 5W2H auxilia na elaboração de planos de ação.

123. A matriz GUT prioriza problemas conforme sua gravidade, urgência e tendência; já o ciclo PDCA destina-se, no âmbito da administração, ao controle de natureza orçamentária da organização.

124. A notação BPMN é utilizada na modelagem de processos para representar graficamente o fluxo de atividades, eventos e decisões de um processo.

125. No modelo de gestão por competências, a sigla CHA refere-se a cargos, hierarquia e autoridade.

126. A competência pode ser compreendida como a mobilização de conhecimentos, habilidades e atitudes para entregar resultados no contexto de trabalho.

127. Conforme os padrões de gerenciamento de projetos, um projeto é um esforço contínuo e repetitivo, sem prazo determinado para o seu encerramento.

128. No método ágil Scrum, o escopo do produto é integralmente definido no início do projeto e não admite alterações ao longo das entregas (sprints).

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO DISTRITO FEDERAL

Rodrigo Bet

129. Caso um candidato aprovado no concurso do TCDF e nomeado para o cargo de analista não tome posse no prazo de trinta dias, contados da publicação do ato de nomeação, esse ato deverá ser tornado sem efeito.

130. O analista empossado no TCDF dispõe do prazo de quinze dias, contado da posse, para entrar em exercício, sob pena de exoneração.

131. O servidor do TCDF que esteja respondendo a processo disciplinar pode desistir do estágio probatório, para ser reconduzido ao cargo efetivo que antes ocupava.

132. Denomina-se redistribuição o deslocamento de cargo, ocupado ou vago, do TCDF para outro órgão do mesmo Poder.

133. Se um servidor do TCDF se deslocar a serviço para outra localidade sem que o deslocamento exija pernoite, a diária lhe será devida pela metade.

134. A licença para tratar de interesses particulares, concedida a servidor estável do TCDF pelo prazo de três anos consecutivos, não admite prorrogação.

GESTÃO DE CONTRATOS

Antônio Daud

Considerando a legislação nacional e distrital aplicável à Gestão de Contratos, analise os itens a seguir.

135. Determinado órgão público contratou, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, empresa especializada para assistir e subsidiar com informações o fiscal de um contrato de obra de grande complexidade técnica. Nessa situação, a empresa contratada responde civilmente pela veracidade e pela precisão das informações prestadas ao fiscal, desde que comprovada o elemento subjetivo de sua conduta

136. Nos contratos de prestação de serviços sob a disciplina da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa contratada poderá ser recusada pelo órgão contratante independentemente de justificativa, por se tratar de juízo de conveniência e oportunidade da Administração, hipótese em que a empresa deverá designar outro preposto para o exercício da atividade

137. Em contrato de serviços continuados de limpeza com utilização de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), a contratada apresentou justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade em determinado mês. Nessa situação, de acordo com a IN SEGES/MP nº 5/2017, a justificativa poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador

138. Na aplicação da sanção de multa prevista na Lei nº 14.133/2021, deverá ser facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação

139. Uma empresa foi declarada inidônea por ter apresentado documentação falsa em licitação regida pela Lei nº 14.133/2021. Nessa situação, a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade exigirá, entre outros requisitos indispensáveis, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável

140. Em contrato de serviços contínuos de manutenção predial sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra e sem predominância de mão de obra, o equilíbrio econômico-financeiro deverá ser mantido, em regra, por meio de repactuação, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, e não por reajuste em sentido estrito

141. Na repactuação de contrato de serviços, a Administração deverá observar todas as cláusulas da convenção coletiva de trabalho à qual a proposta esteja vinculada, inclusive aquelas que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos celebrados com a Administração Pública

142. Em contrato de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, a repactuação poderá ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes da mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços

143. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, embora a extinção do contrato não configure óbice para o reconhecimento do desequilíbrio, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório

144. Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos trabalhistas e subsidiariamente pelos encargos previdenciários, se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado

145. Para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado em serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração poderá, mediante disposição em edital ou em contrato, efetuar o depósito de valores em conta vinculada e, em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado, sendo os valores depositados na conta vinculada absolutamente impenhoráveis

146. Determinado órgão da Administração direta do Distrito Federal celebrou contrato de prestação de serviços de manutenção predial, mas, em razão do desligamento do servidor que atuava como fiscal técnico e de seu substituto, ficou sem fiscal designado por algumas semanas. Nesse caso, não havendo norma interna do órgão disciplinando a situação, até que seja providenciada a nova designação, as atribuições de fiscal caberão ao responsável pela designação

147. Os agentes de contratação, os seus substitutos e o presidente da comissão de contratação serão designados dentre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública Distrital, vedada, em qualquer hipótese, a designação de servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão

148. Um servidor distrital foi designado para atuar como fiscal de contrato de serviços de tecnologia da informação, mas entende não possuir conhecimentos técnicos suficientes para acompanhar o objeto. Nessa situação, de acordo com o Decreto distrital nº 44.330/2023, o servidor não poderá recusar o encargo, devendo comunicar o fato ao seu superior hierárquico, e a autoridade competente poderá providenciar sua qualificação prévia ou designar outro servidor com a qualificação requerida

149. Nos contratos de prestação de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra firmados por órgãos do Distrito Federal, compete ao fiscal administrativo acompanhar o cumprimento, pelo contratado, da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz

150. A empresa contratada por uma secretaria do GDF protocolou requerimento questionando glosas realizadas na fatura mensal. Nessa situação, inexistindo disposição legal nem cláusula contratual que fixe prazo específico, a decisão sobre o requerimento deverá ser proferida no prazo de um mês, contado da data do protocolo, prorrogável uma vez, por igual período

QUESTÃO DISCURSIVA

A política de governança da administração pública federal, instituída pelo Decreto nº 9.203/2017, fixou os princípios que devem orientar a atuação de órgãos e entidades, além dos mecanismos de seu exercício. No mesmo caminho, o referencial de governança do Tribunal de Contas da União trata da relação entre quem delega a gestão dos recursos públicos e quem os administra.

Considerando o tema tratado no texto acima, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

a) Discorra sobre o conceito de governança pública, o que a distingue da governabilidade e da gestão pública e os princípios que a orientam

b) Examine o significado da prestação de contas e responsabilidade ("accountability"), suas dimensões e seus tipos

Resposta em até 20 linhas

Folha de Resposta	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

PEÇA TÉCNICA

Considere que, em inspeção realizada na Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, em setembro de 2026, o TCDF tenha apurado os fatos a seguir, que constam do Processo nº 47/2026:

a) em 14/3/2025, a Secretaria celebrou com a Construtora Vale Azul Ltda. o Contrato nº 9/2025, no valor de R$ 4.200.000,00 e prazo de doze meses, para a recuperação de pavimento e de drenagem de vias urbanas de Ceilândia; o contrato condiciona a execução de parcelas do objeto por terceiros a autorização prévia e escrita da Administração, no limite de 20% do valor contratado;

b) em relatório de 29/8/2025, o fiscal consignou que, desde junho de 2025, serviços correspondentes a 65% do valor contratado vinham sendo prestados pela Terra Firme Engenharia Ltda., com pessoal e equipamentos próprios, sem que os autos registrassem pedido ou autorização;

c) um dos sócios administradores da Terra Firme Engenharia Ltda. é irmão do servidor designado como fiscal do contrato;

d) os trechos executados pela Terra Firme Engenharia Ltda. apresentaram afundamentos e foram entregues com cinco meses de atraso em relação ao cronograma, o que manteve duas vias interditadas e obrigou a Secretaria a refazer os serviços, com gasto de R$ 630.000,00;

e) em 10/2/2026, após conceder prazo de defesa à Construtora Vale Azul Ltda., a Secretaria aplicou-lhe a penalidade de advertência e nada exigiu quanto ao valor gasto no refazimento.

Com base na situação hipotética apresentada acima, na condição de servidor lotado na Secretaria de Auditoria – SEAUD –, redija, nos termos da 2ª Edição do Manual de Redação Oficial do TCDF, a Informação destinada a instruir os autos a respeito dos fatos apurados. Ao elaborar o documento, considere, necessariamente, a estrutura a seguir:

a) apresentação e estrutura de uma Informação do TCDF;

b) justificação: análise da subcontratação de parcela do objeto e da escolha da empresa que a executou;

c) justificação: análise da responsabilidade do contratado e da sanção cabível, inclusive quanto à sua dosimetria;

d) conclusão da Informação.

Resposta em até 50 linhas

Folha de Resposta	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0